

COMO A JUVENTUDE CONCEBE OS SEUS PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO NA EJA DE JUIZ DE FORA?

LUCIANA DA COSTA NETTO

<https://orcid.org/0009-0005-8548-2903>

nettoluciana1@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo trazer um recorte das discussões apresentadas por esta pesquisadora na dissertação de Mestrado concluída em 2022, que versa sobre os processos de escolarização dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos que frequentam as turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município de Juiz de Fora, em Minas Gerais. A pesquisa se desenvolveu a partir da seguinte questão: Quais as perspectivas e os desafios dos processos de escolarização da juventude na EJA em Juiz de Fora? E trouxe como objetivos: identificar os processos de escolarização da juventude no referido município, considerando a inserção brasileira nas atuais condições do capitalismo, e analisar os desafios e as possibilidades destes processos de escolarização com vistas a sinalizar alguns pontos que possam subsidiar um futuro projeto de educação e de sociedade voltado para os interesses, trajetórias e expectativas da juventude trabalhadora, diferente do atual. A referida investigação partiu de uma abordagem materialista histórico-dialética e realizou, no percurso metodológico, uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica de cunho crítico-analítico de publicações de livros, artigos e documentos, assim como uma análise socio-histórica qualitativo-interpretativa, com entrevistas semiestruturadas com os educandos que frequentaram as turmas da referida modalidade da Educação Básica em escolas da rede pública municipal, estadual e federal. Buscou, nesse sentido, refletir e analisar a apropriação da juventude acerca de seus processos de escolarização levando em conta as suas condições materiais de existência, trajetórias e expectativas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Juventude. Trabalho. Capitalismo.

ABSTRACT

This article aims to present a snapshot of the discussions presented by this researcher in the Master's dissertation completed in 2022, which deals with the schooling processes of young people aged 15 to 29 who attend Youth and Adult Education (EJA) classes in the municipality of Juiz de Fora, Minas Gerais. The research was developed based on the following research question: What are the perspectives and challenges of the schooling processes of youth in EJA in Juiz de Fora? The objectives were to identify the schooling processes of youth in the mentioned municipality, considering Brazil's insertion in the current conditions of capitalism, and to analyze the challenges and possibilities of these schooling processes, aiming to highlight some points that could support a future education and society project focused on the interests, trajectories, and expectations of the working youth, different from the current one. This investigation started from a historical-dialectical materialist approach and conducted, in the methodological path, a bibliographic, documentary, and empirical research with a critical-

1 Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pós-graduada em Gestão Educacional pela Faculdade Metodista Granbery. Graduada em História, Licenciatura Plena Específica, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora efetiva da Rede Municipal de Juiz de Fora. Experiência em Educação, nas áreas de História e Informática Educacional. Atualmente pesquisadora na área de Educação, no Ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA). E-mail: nettoluciana1@gmail.com. Telefone: (32) 999359284

analytical nature of publications of books, articles, and documents, as well as a qualitative-interpretative socio-historical analysis, with semi-structured interviews with students who attended the classes of the mentioned Basic Education modality in public municipal, state, and federal schools. In this sense, it sought to reflect and analyze the youth's appropriation of their schooling processes taking into account their material conditions of existence, trajectories, and expectations.

Keywords: Education of Youths and Adults. Youth. Work. Capitalism.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica brasileira prevista em lei (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução CNE/CEB nº 01/2000 e Diretrizes Operacionais – Resolução CNE/CEB nº 03/2010), destinada a indivíduos com 15 anos ou mais que não continuaram seus estudos ou que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e/ou Médio na idade considerada apropriada.

A legislação traz, nesse sentido, a concepção de educação como direito público e subjetivo, garantindo que todos, independentemente de idade, tenham acesso assegurado pelo Estado. Inclusive, há a prerrogativa individual de exigir esse direito, tal como consta nos artigos 205, 206 e 208 da Constituição Federal.

O público da EJA é variado, como destaca Julião (2019), englobando sujeitos de diferentes idades, gêneros, raças, credos, trabalhadores ou não, privados de liberdade, enfim, caracteriza-se pela diversidade. Entretanto, por muito tempo seus educandos foram tratados como um grupo homogêneo, não se levando em consideração suas diferenças, particularidades ou necessidades:

Durante muitos anos, quando se falava em educação para jovens e adultos, imaginava-se estar tratando de um grupo social homogêneo, com características biopsicossociais bem distintas e definidas. Não se levavam em consideração suas particularidades, especificidades, tão pouco sua diversidade: faixa etária; sexo/gênero; raça; credo religioso; ocupação profissional; orientação sexual; situação social (privados ou não de liberdade) etc.

Com os avanços instituídos na área, nos últimos anos, principalmente no âmbito do reconhecimento do direito humano fundamental em que se constitui a educação, em seu papel na sociedade contemporânea, a necessidade de compreensão dessas particularidades, para se levar em consideração propostas político-pedagógicas, traz como primordial a compreensão sobre quem são os sujeitos da EJA (Julião, 2019, p. 34-35).

Além da diversidade, outro aspecto que deve ser levado em consideração, tratando-se desta modalidade, é a mudança no perfil de seus demandantes. Jardimino e Araújo (2014), Di Pierro (2017) e Julião (2019) observaram que, diferentemente do que ocorria há décadas, em que os estudantes eram, em sua maioria, adultos e idosos que não tiveram acesso à escola, hoje se percebe a presença daqueles que, por diferentes motivos, não conseguiram permanecer nela e concluir os estudos. Por conta de uma trajetória com sucessivas reprovações e abandonos, procuram pela EJA como alternativa de reinserção ao sistema educativo e como possibilidade de aceleração de estudos a fim de obter ou melhorar a colocação no mercado de trabalho.

Jardilino e Araújo (2014) salientam, ainda, o ingresso de discentes cada vez mais jovens, num processo conhecido como juvenilização. Conforme os autores, este tem ocorrido não apenas no Brasil, mas também em países da América Latina. E foi justamente isso que despertou o interesse desta pesquisadora em estudar, em seu curso de Mestrado, a juventude na Educação de Jovens e Adultos em Juiz de Fora e seus processos de escolarização. Enquanto docente de escola pública, percebeu o expressivo número de educandos dos anos finais do Ensino Fundamental que estavam se dirigindo para a EJA. Isso causou uma inquietação que precisava compreender.

À vista disso, o presente artigo tem por objetivo trazer exatamente um recorte das discussões apresentadas na dissertação concluída em 2022 sobre os processos de escolarização dos jovens na faixa etária de 15 a 29 anos que frequentavam as turmas de EJA no município mineiro de Juiz de Fora. A pesquisa se desenvolveu a partir da seguinte questão: Quais as perspectivas e os desafios dos processos de escolarização da juventude na EJA em Juiz de Fora? E trouxe como objetivos: identificar os processos de escolarização da juventude no referido município, considerando a inserção brasileira nas atuais condições do capitalismo, e analisar os desafios e as possibilidades destes processos de escolarização, com vistas a sinalizar alguns pontos que pudessem subsidiar um futuro projeto de educação e de sociedade voltado para os interesses, trajetórias e expectativas da juventude trabalhadora, diferente do atual.

A referida investigação partiu de uma abordagem materialista histórico-dialética e realizou, no percurso metodológico, uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica de cunho crítico-analítico de publicações de livros, artigos e documentos, assim como uma análise socio-histórica qualitativo-interpretativa, com entrevistas semiestruturadas com os educandos que frequentaram as turmas da referida modalidade da Educação Básica em

escolas da rede pública municipal, estadual e federal. Buscou, nesse sentido, refletir e analisar a apropriação da juventude acerca de seus processos de escolarização, levando em conta as suas condições materiais de existência, trajetórias e expectativas.

Estruturalmente o artigo está organizado em três partes. A primeira intitula-se “EJA: seus sujeitos e sua importância”. Destaca a necessidade de se direcionar o olhar para os sujeitos desta modalidade, suas trajetórias e demandas, bem como reconhecê-la como um pilar importante para a promoção da cidadania, especialmente em um país com as características do Brasil, periférico e subserviente ao grande capital².

A segunda denomina-se “Conhecendo a EJA juizforana e seus educandos” e apresenta um perfil da Educação de Jovens e Adultos e de seus estudantes no município de Juiz de Fora, em Minas Gerais, traçado a partir dos dados coletados pela pesquisa de Mestrado realizada.

“Perspectivas da Educação de Jovens e Adultos em Juiz de Fora” constitui a terceira parte deste artigo e traz algumas conclusões a que esta pesquisadora chegou com os seus estudos acerca da juventude que frequenta a EJA no referido município, seus desafios e possibilidades.

2. EJA: SEUS SUJEITOS E SUA IMPORTÂNCIA

Como mencionado, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da Educação Básica e um direito garantido por lei. Chama a atenção a mudança verificada no perfil de seus educandos na atualidade. Historicamente era destinada a adultos, idosos e trabalhadores. Hoje percebe-se em suas turmas sujeitos que frequentaram a escola, notadamente jovens, mas que, por conta de fracassos e abandonos, retornaram na expectativa de obter certificação e melhores condições de existência e no mercado de trabalho, como destacaram autores como Jardimino e Araújo (2014), Di Pierro (2017) e Julião (2019), aqui elencados.

Esse processo denominado juvenilização pode ser entendido, também, à luz das reflexões de autores como Paiva (2003) e Gadotti (2005). Paiva (2003) argumenta que a entrada de jovens nesta modalidade está diretamente relacionada às falhas do ensino regular³ em garantir a permanência e o sucesso dos estudantes nas etapas iniciais da

2 A concepção aqui apresentada de que o Brasil é um país periférico e subserviente ao grande capital é compartilhada por autores como Frigotto (2017) e Rodrigues (2023).

3 A utilização do termo “regular”, neste artigo, é para referir-se às etapas da Educação Básica voltadas para aqueles educandos que as concluem na idade considerada apropriada, ou seja, quando criança e adolescente. É usado para se diferenciar da EJA, que é uma modalidade destinada a todo cidadão jovem, adulto e idoso que não teve a oportunidade de frequentar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade prevista como certa pela legislação vigente.

Educação Básica. Esses jovens muitas vezes experimentam trajetórias escolares marcadas por reprovações, evasão e descontinuidades, o que os leva a buscar na EJA uma segunda oportunidade de escolarização.

Por outro lado, Gadotti (2005) ressalta que a Educação de Jovens e Adultos, ao acolher esse público mais jovem, precisa repensar suas práticas pedagógicas e curriculares para atender as demandas e expectativas desse novo perfil de educandos. Isso inclui o desenvolvimento de metodologias mais dinâmicas e interativas, que dialoguem com as vivências e os interesses dos jovens e que contribuam para a sua inserção crítica na sociedade.

Entender esse processo de juvenilização implica, também, reconhecer as tensões entre as diferentes faixas etárias presentes nas salas de aula. A convivência entre jovens e adultos, com experiências e expectativas diversas, pode tanto enriquecer o processo educativo quanto gerar conflitos. Nesse sentido, é fundamental, segundo Filho, Cassol e Amorim (2021), repensar a estrutura organizacional da escola tendo em conta esse novo perfil de discente que chega à EJA.

Além disso, a juvenilização da referida modalidade reflete uma problemática social mais ampla: a exclusão de muitos jovens do sistema regular de ensino e sua consequente marginalização no mercado de trabalho. Para Freire (2020), a educação deve ser um processo emancipatório, capaz de promover a conscientização e a participação ativa dos sujeitos na transformação de sua realidade. Portanto, a Educação de Jovens e Adultos deve ser pensada como um espaço de resistência e de luta pela inclusão e pelos direitos desse público.

Assim sendo, conforme Arroyo (2007, p.5), é essencial “direcionar nosso olhar sobre quem são os sujeitos que vêm demandando a educação de jovens e adultos”. Homens e mulheres marcados profundamente por suas histórias de vida e por suas maneiras de sobreviver em uma sociedade como a brasileira, profundamente desigual e excludente, que os segrega e os desumaniza. Em tais condições, como evidencia o autor, a juventude se vê cada vez mais vulnerável e sem perspectivas.

Daí a necessidade de reconhecer a EJA, em concordância com Arroyo (2007), como uma política afirmativa de um coletivo cada vez mais preterido socialmente, segregado de participação no conhecimento, no trabalho, na riqueza e na cultura brasileiros. Como um espaço de formação que valorize e potencialize os saberes de seus educandos, que trazem para as salas de aula suas trajetórias, experiências e conhecimentos de vida que não devem

ser ignorados, pois, segundo Libâneo (2008):

[...] os alunos trazem para a escola e para as salas de aula um conjunto de significados, valores, crenças, modos de agir, resultante de aprendizagens informais, que muitos autores chamam de cultura paralela ou currículo extra-escolar. [...]. A organização escolar e os professores precisam saber como articular essas culturas, ajudar os alunos a fazerem as ligações entre a cultura elaborada e a sua cultura cotidiana, de modo que adquiram instrumentos conceituais, formas de pensar e de sentir, para interpretar a realidade e intervir nela (Libâneo, 2008, p. 61-62).

Ou seja, esse processo educativo vai além da simples aquisição de conhecimentos formais como ler, escrever e calcular. Busca, sobretudo, a formação integral do cidadão, capacitando-o para atuar de maneira crítica e consciente na sociedade em que está inserido. Tal formação constitui-se em um processo contínuo, que envolve a valorização das vivências dos estudantes que muito enriquecem o ambiente de aprendizagem. Ao reconhecer e integrar esses conhecimentos ao currículo, a Educação de Jovens e Adultos não apenas fortalece o processo educativo, como também promove o respeito e a autoestima dos discentes, essenciais para o seu desenvolvimento como seres humanos e cidadãos.

Ademais, a EJA tem um papel crucial na inserção desses sujeitos no mercado de trabalho, ampliando suas oportunidades e contribuindo para a redução das desigualdades socioeconômicas existentes. A educação, nesse contexto, é vista como um instrumento de transformação social, possibilitando aos cidadãos exercerem seus direitos e deveres de maneira plena e participativa, como ressalta Arroyo (2007, 2024).

Assim, a Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida como uma ferramenta de empoderamento, capaz de transformar vidas e comunidades, promovendo a justiça social e a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Uma vez destacados o público atual e a importância da referida modalidade como promotora da cidadania, cabe apresentar o seu perfil e o de seus educandos no município de Juiz de Fora, que foi delineado a partir de dados coletados por esta pesquisadora quando da realização de seu Mestrado. Este será o assunto da próxima sessão.

3. CONHECENDO A EJA JUIZFORANA E SEUS EDUCANDOS

A Educação de Jovens e Adultos é ofertada, em Juiz de Fora, na rede pública municipal, estadual e federal. Não foram encontradas, quando da realização da pesquisa, instituições privadas que a oferecessem. Conforme a Sinopse Estatística da Educação

Básica 2020, tal modalidade contava com 9.981 estudantes matriculados. Destes a maioria, 5.113, era do sexo feminino.

Sobre a cor declarada observou-se que, em ambos os sexos, o maior número era de pretos e pardos. Esse dado vai de encontro à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que mostrou que mais de 70% dos 50 milhões de brasileiros e brasileiras entre 14 a 29 anos que não frequentaram algumas das etapas da Educação Básica no país pertencem a esses grupos. E corrobora, também, com o posicionamento de Ribeiro, Catelli e Haddad (2015), de que jovens, mulheres e negras frequentam, efetivamente, a modalidade em questão.

No que se refere à faixa etária, 6.779 educandos possuíam entre 15 e 29 anos. Levando-se em conta os números em relação ao grupo de 14 a 19 anos, observou-se um total de 3.186 discentes. Isso significa que quase um terço do público atendido possuía idade em que deveria estar cursando o Ensino Fundamental ou Médio regular. Entretanto, por conta de uma trajetória com interrupções e insucessos, acabou migrando para a EJA como forma de completar ou prosseguir os estudos. Fica evidente, pois, a ocorrência do processo de juvenilização, comum no Brasil e em países latino-americanos, observado por autores como Jardimino e Araújo (2014), aqui destacados.

A Sinopse Estatística da Educação Básica 2020 mostrou, ainda, que a maioria dos estudantes juizforanos matriculados encontrava-se em instituições públicas de ensino da rede municipal: eram 7.341, entre as zonas urbana e rural, dos quais 4.933 no formato semipresencial e 2.408 no formato presencial⁴.

Importante refletir sobre o atendimento dos educandos da Educação de Jovens e Adultos juizforana se dar prioritariamente em cursos semipresenciais. Apesar de a LDB nº 9.394/96 assegurar essa flexibilização no atendimento, também preconizada no Parecer CNE/CEB nº 11/2000⁵, nota-se que a mesma, involuntariamente, acabou permitindo o ingresso de pessoas cada vez mais jovens, portanto, que já frequentavam a escola. Diferente do que ocorria há décadas, em que o atendimento era prioritariamente àqueles que não tiveram acesso na idade considerada adequada.

O fato de a maioria dos discentes cursarem a EJA no formato semipresencial leva a pensar, também, no insucesso do sistema de ensino convencional. Quer dizer, provenientes

4 Conforme informações da Secretaria de Educação, no documento “Contextualização da EJA na Rede Municipal de Juiz de Fora”, Administração 2016-2020.

5 Parecer aprovado em 10 de maio de 2000, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos brasileira.

do ensino presencial, muitos possuem um histórico de repetências, evasão e desmotivação. E, por conta disso, procuram os cursos semipresenciais a fim de obter mais rapidamente a certificação para ter acesso a outros níveis de estudo ou mesmo ao mercado de trabalho.

Todavia, esta modalidade não se resume à recuperação de tempo perdido. Como bem lembra Arroyo (2024), seus educandos devem ser reconhecidos e valorizados como produtores de conhecimento, dotados de saberes e experiências de vida. Deste modo, a escola pode ser uma oportunidade de reflexão crítica, de potencialização de saberes, um espaço para a construção coletiva e colaborativa de um currículo que vá além das necessidades e dos interesses dos grupos dominantes.

A EJA nas escolas municipais de Juiz de Fora, conforme Lemos (2020), possui atendimento organizado em Fases de Escolarização, sendo que a Fase I a IV corresponde às turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e a Fase V a VIII, por sua vez, às turmas do 6º ao 9º ano. A autora destacou em seus estudos, além disso, que a maioria dos discentes estava nessa última fase, que representa o segmento dos anos finais do Ensino Fundamental.

Em relação às escolas da rede estadual, vale ressaltar que os estudantes frequentam as aulas exclusivamente no formato presencial⁶. E, segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica 2020, Juiz de Fora contava com 2.566 matrículas, sendo 341 no Ensino Fundamental e 2.225 no Ensino Médio. Verifica-se, portanto, que a maioria dos educandos desta rede de ensino cursava a etapa correspondente ao Ensino Médio⁷.

Na rede federal, por fim, a Educação de Jovens e Adultos é ofertada em duas instituições: no Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, o IF Sudeste Campus Juiz de Fora, e no Colégio de Aplicação João XXIII, uma Unidade Acadêmica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Na primeira, é oferecido o Curso Técnico em Secretariado, na modalidade presencial, interligado ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens a Adultos (Proeja). À época da pesquisa, eram 36 estudantes matriculados, distribuídos da seguinte maneira: 10 no primeiro ano, 14 no segundo e 12 no terceiro⁸.

Já no Colégio de Aplicação João XXIII havia apenas o Ensino Médio com três turmas,

6 Ver tabela de escolas estaduais de EJA no estado de Minas Gerais, disponível em: <https://www.mg.gov.br/servico/concluir-o-ensino-medio-por-meio-de-cursos-oferecidos-pelos-cesec>. Acesso em: 11 maio 2021.

7 Conforme Juliane Silva, à época coordenadora da EJA no IF Sudeste, Campus Juiz de Fora.

8 Dados disponibilizados pelo professor Felipe Bastos, à época coordenador da EJA no Colégio de Aplicação João XXIII (UFJF).

uma para cada ano escolar, com um total de 70 educandos assim dispostos: 21 no primeiro ano, 18 no segundo e 31 no terceiro.

Nesse sentido, a pesquisa realizada demonstrou que a Educação juizforana de Jovens e Adultos também tem se caracterizado pela juvenilização, observada no Brasil e na própria América Latina. Como destaca Resende (2019), a EJA vem se tornando uma EJA com um “J” sobressalente, ou seja, a juventude tem marcado forte presença, trazendo demandas e percepções que não podem ser ignoradas.

Uma vez apresentados os dados coletados, cabe, agora, destacar as conclusões a que se chegou com esse estudo sobre a juventude que frequenta a Educação de Jovens e Adultos em Juiz de Fora, seus desafios e suas possibilidades. Este é o assunto da próxima sessão.

4. PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM JUIZ DE FORA

A pesquisa desenvolvida trouxe, como parte do percurso metodológico, entrevistas semiestruturadas com 6 jovens que se encontravam na faixa etária entre 16 e 26 anos. Estavam cursando os Ensinos Fundamental e Médio nos modelos presencial e semipresencial, na rede pública municipal, estadual e federal, bem como no curso técnico (Ensino Médio) integrado à rede federal. A partir das entrevistas, foi possível elaborar o seguinte perfil dos educandos:

Quadro 1 – Perfil dos jovens entrevistados da EJA juizforana

3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino
2 negros, 2 pardos e 2 brancos
5 naturais do próprio município e 1 do Nordeste brasileiro (BA)
Possuem renda mensal entre 1 e 2 salários mínimos
1 de família que teve a renda diminuída por conta da pandemia de Covid-19
2 casados com filhos e 4 solteiros sem filhos
3 trabalham, 2 em trabalho formal (frentista e eventos) e 1 informal (serralheiro)

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Os sujeitos da investigação eram jovens, em sua maioria negros e pardos, originários da classe trabalhadora, com renda familiar mensal entre um e dois salários mínimos, moradores das periferias. Alguns possuíam filhos. Outros eram solteiros e moravam com as famílias. Nem todos tiveram apoio e incentivo para estudar. Conforme os entrevistados, os familiares acreditavam que a sobrevivência era mais urgente por conta de suas difíceis condições materiais.

Esse perfil de estudante da EJA juizforana, encontrado na investigação, confirmou os dados oficiais sobre quem é o público desta modalidade no Brasil atual.

Foram encontrados, também, jovens que não trabalhavam, que nunca trabalharam ou que tiveram uma única e rápida experiência no mercado de trabalho, mantidos pelas famílias e que, por conta disso, se dedicavam exclusivamente aos estudos. No entanto, todos tinham em comum um afastamento em relação à escola regular, elencando, para isso, variados motivos: desilusão, repetência, evasão, distorção idade-série, bullying, desinteresse e, até mesmo doenças, incluindo as de fundo emocional. Essas foram as razões apontadas para optarem pela EJA.

Por isso, enquanto integrantes das classes populares, sujeitos a tantas formas de exclusão – social, econômica, cultural – torna-se importante ouvir suas vozes, valorizar suas experiências e seus saberes, como bem destaca Freire (2020). E, partindo do seu mover-se no mundo, é imprescindível promover uma reflexão sobre as suas condições, sobre a realidade em que estão inseridos, de forma a transcenderem as aparências como ensina Kosik (1976), para atuarem de maneira ativa na concretização das necessárias mudanças na sociedade.

Lembrando Mészáros (2008), é possível, ainda que numa conjuntura desfavorável ao vir a ser humano como a hodierna, uma educação diversa, que vá além do simples ensino da leitura, da escrita e do cálculo, da realização de tarefas elementares. Uma educação para além do capital, que reflita sobre a realidade, que promova diálogo, criatividade, criticidade, produção de ideias e de conhecimento, que vislumbre, por conseguinte, transformações.

A pesquisa comprovou que há potencialidades nos processos de escolarização da EJA juizforana. Essa constituía-se, para os entrevistados, em um espaço para se posicionarem e manifestarem as suas opiniões, uma oportunidade de troca de experiências, de aprendizagem, de se socializarem, de se superarem, enfim, de “serem gente” que pensa e que possui valor. O desejo de um futuro promissor era unânime entre eles, que acreditavam

que esse era o caminho para conseguirem um trabalho e, por conseguinte, uma existência diversa de sua dureza cotidiana.

A educação das classes populares e trabalhadoras pode, assim, ser um instrumento a favor dos dominados. Deve denunciar a falsa realidade construída pela burguesia e buscar, coletiva e colaborativamente, práticas que promovam a viável transformação social, visto que, como ensina Freire (2020, p. 108), “Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou trazer, a partir de um recorte, parte dos resultados de um estudo feito por esta pesquisadora sobre a juventude e seus processos de escolarização nas turmas de Educação de Jovens e Adultos em Juiz de Fora, Minas Gerais. Nele foi possível perceber que o significado que aqueles educandos atribuíam aos seus processos de escolarização constituiu-se a partir das condições materiais e culturais que marcam as suas perspectivas, trajetórias e projetos de vida. Ficou evidente o desencanto em relação à escola regular e a noção de EJA como a oportunidade de serem valorizados e de melhorar suas vidas, marcadas pela precarização, pela exclusão, por direitos negados em uma sociedade como a brasileira, subserviente ao grande capital como mostram Frigotto (2017) e Rodrigues (2023).

Outro ponto relevante foi a diversidade de sujeitos presente na referida modalidade, como vários autores aqui mencionados ressaltaram. A juventude, contudo, tem se destacado cada vez mais, trazendo para as salas de aula seus modos de ser, de sentir e de pensar. Esse processo leva, necessariamente, a uma reflexão sobre como a EJA pode colaborar para a ampliação das concepções de mundo desses educandos, fortalecendo os valores de justiça e de igualdade, tão necessários nesse momento de verdadeira barbárie social imposta pelo capital, como evidencia Alves (2023).

A EJA pode contribuir, assim, para uma formação discente ampla, participativa, acolhedora, em que o diálogo e a troca de ideias entre educandos e educadores estejam presentes, numa oportunidade de compreensão crítica da realidade. Uma forma de superar o senso comum de que o sucesso ou o fracasso escolar são exclusivamente dos jovens que adentram, em número expressivo, essa modalidade da Educação Básica na atualidade. Desvelar a realidade forjada pela burguesia, mostrar as suas contradições e anunciar as lutas sociais depende da ação conjunta entre discentes e docentes, fazendo do

conhecimento escolar instrumento crítico da realidade social.

A pesquisa buscou ser uma alternativa à concepção conservadora que os grupos dominantes, atrelados aos interesses do capital, tentam fazer hegemônica. Daí sinalizar alguns pontos que pudessem subsidiar um futuro projeto de educação e de sociedade voltado para os interesses, trajetórias e expectativas da juventude, diferente do hodierno. É indispensável instrumentalizar os estudantes para entenderem o mundo em que vivem, tal como ele é, com suas contradições e disputas. E mostrá-los que existe, sim, alternativa a esse projeto de sociedade que se quer fazer único e hegemônico.

O capitalismo insiste em conceber todas as formas de vida existentes, inclusive a humana, como objetos, números e mercadorias, consumistas e consumíveis em potencial. É preciso, então, resistir a esse processo de coisificação, adotando práticas cotidianas que garantam a participação popular a fim de fazer da educação, e da EJA, por extensão, um espaço verdadeiramente democrático, a favor das pessoas, formador e de oportunidades para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. O Triunfo De Tanatos: Hipnocapitalismo e Sociometabolismo Da Barbárie. **Trabalho Necessário**. Niterói, UFF, v. 21, n. 44, p. 01-26, abr./2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/tn.v21i44.57714>>. Acesso em: 02 out. 2024.

ARROYO, M. Perspectivas curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. In: JULIÃO, E. F.; BEIRAL, H.; RODRIGUES, F.; MARQUES, M.; CARBONEL, R. (Org.). **Educação de Jovens, Adultos e Idosos: questões políticas, curriculares e pedagógicas**. Rio de Janeiro, RJ: MPRJ, CAO Educação, UFF, IERBB, p. 76-84, 2024. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1161651/livroejacaoeducacao_2024_digital_2.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ARROYO, M. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos**, 1(0), 5–19, ago./2007. Disponível em: <<http://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: maio de 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 03/2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 01/ 2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: CNE, 2000.

Concluir o Ensino Médio por meio de Cursos oferecidos pelos CESEC. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/servico/concluir-o-ensino-medio-por-meio-de-cursos-oferecidos-pelos-cesec>>. Acesso em: 11 maio 2021.

DI PIERRO, M. C. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: questões face às políticas públicas recentes. **Em Aberto**, Brasília, v. 11, n. 56, out./dez. 2017.

FILHO, A. A. de S.; CASSOL, A. P.; AMORIM, A. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.29, n.112, p. 718-737, jul./set. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002902293>>. Acesso em: 02 out. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola “Sem” Partido**. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GADOTTI, M. **Educação e poder – introdução à pedagogia do conflito**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília: Inep, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 02 maio 2021.

JARDILINO, J. R. L.; ARAÚJO, R. M. B. de. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JUIZ DE FORA. Secretaria de Educação. **Contextualização EJA na Rede Municipal de Juiz de Fora**. Administração 2016-2020.

JULIÃO, E. F. Diagnóstico da educação de jovens e adultos na Região Costa Verde do estado do Rio de Janeiro: mapeamento do território em subsídio a uma nova agenda política. In: PAIVA, J. (Org.). **Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 19-39, 2019. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/g8qcy/pdf/paiva-9786599036491.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2024.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEMOS, R. A. **Os Círculos de Alfabetização e Cultura (CAC's) de Juiz de Fora/MG (2011-2019):** contexto histórico e institucional, as políticas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) e a ressignificação político-pedagógica fundamentada no pensamento de Paulo Freire. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2020.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF Livros, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução por Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAIVA, V. P. Educação de jovens e adultos: um campo de conhecimento e de prática educativa em construção. In: Haddad, Sérgio (Org.). **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea**. São Paulo: Global Editora, 2003. p. 135-149.

PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **Agência IBGE Notícias**, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

RESENDE, A. C. C. **A complexidade curricular no fazer de uma educadora de ciências em uma EJA cada vez mais jovem**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2019.

RIBEIRO, V. M.; CATELLI Jr.; R., HADDAD, S. (orgs.). **Avaliação da EJA no Brasil: insumos, processos, resultados**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2015.

RODRIGUES, R. L. Escolarização de jovens e adultos: uma análise das políticas educativas brasileiras (2007-2015). **Educação em Foco**, Belo Horizonte, n. 48, p. 01-26, jan./abr. 2023.